

Relações Internacionais (1850-1914)

International Relations (1850-1914)

Relaciones Internacionales (1850-1914)

Jose Miguel Arias Neto¹

ID [0000-0002-7247-1296](#)

Marcello José Gomes Loureiro²

ID [0000-0002-4394-340X](#)

Pedro Gustavo Aubert³

ID [0000-0002-2337-035X](#)

Dimensões Contemporâneas da História das Relações Internacionais

As relações internacionais, enquanto objeto de estudo, vêm conquistando cada vez mais espaço no âmbito da historiografia contemporânea, especialmente a partir do desenvolvimento de abordagens críticas e plurais que ultrapassam a tradicional história diplomática. Este Dossiê temático propõe um olhar ampliado e multifacetado sobre as relações internacionais entre meados do século XIX e o início do século XX, período marcado por transformações profundas no cenário global, desde a formação dos Estados nacionais até as tensões que culminaram na Primeira Guerra Mundial.

A historiografia oitocentista, marcada pela tradição de autores como Leopold von Ranke, situava a História como uma narrativa de origem e formação dos Estados-Nação, frequentemente alinhada a uma pedagogia que definia identidades nacionais contrapostas a um "outro", fossem esses vizinhos próximos ou povos considerados bárbaros. Tal perspectiva implicava que a história do Estado nacional se construía em diálogo e confronto com o contexto internacional, fazendo das guerras e das definições de fronteira elementos centrais dessas narrativas. Essa visão inicial fundamenta o pano de fundo para compreendermos as

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Professor Associado e Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina - UEL e do Programa de Pós-Graduação em História e Regiões da Universidade do Centro-Oeste do Paraná - UNICENTRO. Lattes: [4096402583066476](#) - E-mail: jneto@uel.br.

² Doutor em *Histoire et Civilisation* pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* - EHESS e Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professor do Centro de Ciências Sociais da Escola Naval e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense - UFF. Lattes: [3108999053034006](#) - E-mail: marcelloloureiro@yahoo.com.br.

³ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo - USP. Docente do curso de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo - FEUC. Lattes: [6998461232594053](#) - E-mail: pedraubert@yahoo.com.br.

disputas e rearranjos políticos, econômicos e sociais que caracterizaram o período entre 1850 e 1914.

O século XIX viu a intensificação dos processos de expansão imperialista, sobretudo a partir da partilha e ocupação da África e da Ásia por potências europeias e os Estados Unidos, enquanto no plano interno dessas sociedades ocorriam profundas transformações econômicas e sociais associadas ao avanço do capitalismo industrial e à luta de classes. O impacto dessas mudanças no mercado internacional e nas dinâmicas políticas globais é evidenciado por eventos como a crise financeira de 1873 com a quebra da bolsa de Viena e pela chamada segunda escravidão nas Américas, que expressava a continuidade das relações econômicas e sociais baseadas no trabalho escravizado mesmo diante das crescentes pressões abolicionistas. Conforme indica Eric Hobsbawm em *A Era do Capital*, nesse período houve um aumento do consumo em escala planetária dos principais produtos primários produzidos na América. Com isso, houve uma grande expansão das *plantations*, o que impulsionou a expansão do trabalho escravizado em partes do continente.

Os conflitos e as guerras de novo tipo que se desenvolveram no continente europeu se configuraram também na América. A Guerra Civil Norte-Americana resulta desses rearranjos na ordem global e está mais vinculada à questão do desenvolvimento industrial do que, propriamente, com o fim da escravidão. O Brasil, ao sul, envolve-se na política platina que resultou em várias guerras contra a Confederação Argentina, conflitos em que foram arrastados também o Uruguai e o Paraguai, além da própria Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Ao Norte, a pressão das grandes potências, em especial os Estados Unidos para a abertura da navegação do Rio Amazonas provocou uma reorientação da política externa brasileira. Se neste processo consolidaram-se os novos Estados ao longo do período aqui proposto, isto não significou o final dos conflitos internacionais, cuja intensidade oscilou ao longo do tempo, tornando-se mais agudos em determinados períodos e menos tensionados em outro. O fato é que desde 1870, com o final da Guerra da Tríplice Aliança, as tensões políticas e militares na América do Sul terminaram resultando em uma longa corrida armamentista que termina somente com a eclosão da chamada Grande Guerra em 1914. O desenvolvimento industrial agudizava a perspectiva de violência dos conflitos, ainda que os discursos de civilização o contradissem. Evidentemente, as relações internacionais são impactadas por essa nova realidade, modificando-se não apenas as formas de pressão e

negociação, mas também os dispositivos e expedientes diplomáticos. Para além, o emprego da tecnologia industrial nas guerras contribuía para perfazer o uso de um léxico próprio por militares, legitimando sua posição nos assuntos de Estado.

Esses aspectos são discutidos e problematizados no dossiê a partir de uma compreensão ampliada do conceito de relações internacionais, que ultrapassa a visão restrita às chancelarias e narrativas políticas tradicionais. Conforme explicitado na proposta do dossiê, as relações internacionais aqui compreendem: (a) as configurações políticas que deram origem a Estados e domínios coloniais, bem como as lutas abolicionistas e anticoloniais; (b) a expansão do capitalismo industrial e as transformações nas políticas externas; (c) o desenvolvimento tecnológico e as guerras que redefiniram os modelos de conflito e a política internacional no período entre 1850 e 1914; e (d) a formação de uma nova cultura política internacional, que inclui, mas não se limita, à diplomacia formal.

O entendimento desses processos é aprofundado na entrevista concedida pelo professor Gabriel Passetti, cuja vasta experiência e produção acadêmica no campo da história das relações internacionais, especialmente no contexto latino-americano, enriquecem sobremaneira este dossiê. Passetti destaca, em sua fala, o percurso acadêmico que o levou a integrar os campos da História e das Relações Internacionais, ressaltando a importância de uma abordagem conectada e comparada que supere as limitações dos recortes nacionais tradicionais (Passetti, 2025 *In: Arias Neto, Loureiro & Aubert, 2025*).

Para Passetti, o desenvolvimento da historiografia sobre relações internacionais acompanha uma tensão constante entre as narrativas nacionalistas e as abordagens mais amplas e críticas. Ele enfatiza que a tradicional história diplomática esteve historicamente associada à validação de discursos nacionais, muitas vezes reforçando antagonismos e exclusões que culminaram em conflitos como a Primeira Guerra Mundial. É nesse contexto que se estabeleceu o campo das Relações Internacionais como disciplina, mas nem sempre com um diálogo efetivo com a História, sobretudo diante da predominância de teorias sistêmicas que, segundo ele, muitas vezes se utilizam da história de forma instrumental e anacrônica. Em suas palavras: “Retomo essa história clássica da área para retomar como ela surge negando e se afastando da História, acoplando-se à Ciência Política, área em que hoje em dia há uma subárea de ‘Política Internacional’” (Passetti, 2025, *In: Arias Neto, Loureiro*

& Aubert, 2025, p. 525). Paralelamente, destaca que houve nesse momento um afastamento da História de temas internacionais.

Esse hiato entre as áreas é enfrentado atualmente por uma abordagem interdisciplinar que alia as ferramentas analíticas das Ciências Sociais às fontes e metodologias históricas. Passetti destaca que a pesquisa em história das relações internacionais demanda diálogo com diferentes subáreas, como história dos intelectuais, das finanças, de gênero e história global, bem como com campos das Ciências Sociais, incluindo Sociologia, Ciência Política e Antropologia. Tal pluralidade metodológica permite ampliar o entendimento dos processos internacionais e revelar dimensões frequentemente invisibilizadas, como a atuação das mulheres, a diplomacia informal e os circuitos transnacionais.

Outro ponto central da entrevista é a distinção entre a abordagem do historiador e a do cientista político ou sociólogo. Passetti sublinha que o historiador tem o tempo e as especificidades como referência fundamental, buscando compreender as singularidades dos processos e dos atores a partir das fontes, sem forçar sua inserção em modelos teóricos rígidos. Já as Ciências Sociais tendem a buscar padrões e regularidades em escalas temporais mais amplas, adotando, portanto, lentes complementares, mas distintas. Esse esclarecimento metodológico é crucial para orientar novos pesquisadores no campo, reforçando a importância do rigor analítico aliado à abertura para múltiplas perspectivas.

No conselho que dirige aos estudantes que ingressam no campo das Relações Internacionais, Passetti destaca a importância da curiosidade e do interesse múltiplo, ressaltando que a área atrai quem se interessa por História, Geografia, economia e cultura. Ele alerta, contudo, para o risco de se perder na efemeridade dos temas atuais e recomenda a construção de uma lente analítica própria que permita compreender o presente com base em suas raízes históricas e sociais (Passetti, 2025 In: Arias Neto, Loureiro & Aubert, 2025).

Dentre as produções recentes de Passetti merece destaque o livro *Diplomacias e conexões internacionais: a América do Sul no longo século XIX* (2025) que evidencia a centralidade das redes de diplomatas, agentes financeiros, mulheres e intelectuais na construção das relações internacionais na América Latina do século XIX. Essa perspectiva de redes e conexões amplia significativamente a compreensão dos processos internacionais, indo além dos marcos estatais e diplomáticos formais para abranger agentes e práticas que atuaram nas bordas e entre espaços nacionais.

A respeito do diálogo entre as duas áreas do conhecimento que compõe o presente Dossiê, Daniel Rei Coronato & Melissa Mendes Caputo Vicente (2025) problematizam as limitações históricas e epistemológicas da interface entre História e Relações Internacionais. A crítica de Passetti acima mencionada sobre o uso anacrônico e muitas vezes superficial dos dados históricos encontra eco direto na reflexão de Coronato & Vicente, que denunciam a persistência de abordagens “cronofetichistas” e “tempocêntricas” nas principais correntes teóricas das Relações Internacionais, conforme definido por John Hobson. Os referidos autores sustentam que a História, quando utilizada apenas como um repositório empírico para confirmação de teorias já estabelecidas, tem seu potencial crítico e analítico severamente reduzido (Coronato & Vicente, 2025, p. 29). Além disso, propõem alternativas que valorizam a interdisciplinaridade e a ampliação das fontes e objetos de estudo. Os referidos autores exploram a emergência de novas abordagens como a História Global, a Nova História Diplomática, as abordagens feministas, as correntes decoloniais e regionais, a História Comparada e Transnacional, todas voltadas a incluir atores e dinâmicas historicamente invisibilizadas. Ao privilegiar essas abordagens, ressaltam a urgência de um diálogo efetivo entre História e Relações Internacionais, ancorado na densidade empírica, na complexidade dos processos históricos e na recusa das generalizações abstratas descoladas do tempo e do espaço (Coronato & Vicente, 2025, p. 31-42).

Como ponto de partida das reflexões contidas neste podemos destacar as contribuições que partem de uma crítica epistemológica e metodológica ao campo das Relações Internacionais. Longe de uma adesão ingênuas ao modelo tradicional da História Diplomática, os textos aqui reunidos aprofundam a crítica aos usos instrumentalizados da História por parte das teorias sistêmicas dominantes nas Relações Internacionais e propõem caminhos alternativos para o diálogo entre História e Relações Internacionais. O artigo de José Miguel Arias Neto (2025), investiga, a partir do pensamento de Turgot, o nascimento de uma teoria das relações internacionais nos quadros da passagem de uma sociedade agrária para uma industrial. Antecipando formulações de Adam Smith e de Karl Marx, Turgot estabelece princípios fundamentais do liberalismo do século XIX: condena a escravidão como regime incompatível com uma sociedade de livre mercado, defende o fim dos regimes corporativos e dos privilégios concedidos pelos estados a particulares. Ultrapassando as formulações clássicas da fisiocracia, comprehende o valor como resultado da relação entre o

trabalho realizado e não pago, que Marx posteriormente denominará “mais-valia” e, não apenas concebe como defende a formação do mercado de trabalho como resultante da “livre negociação” entre trabalhadores e patrões e da livre circulação de mercadorias. Assim o *laissez faire* como fundamento das novas formas produtivas só pode existir em uma dimensão internacionalizada, isto é, em um novo contexto de relações naquele momento histórico.

Complementando esse esforço, o trabalho de Ana Carolina Sacramento & Melissa Caputo Vicente (2025) propõe uma perspectiva metodológica que incorpora as contribuições da Nova História Diplomática e das abordagens feministas. Ao investigar a atuação de mulheres da nobreza como embaixadoras culturais na virada do Império para a República, as autoras alargam o conceito de diplomacia e deslocam o olhar para os sujeitos historicamente invisibilizados pelas narrativas tradicionais. Assim como Gabriel Passetti ressalta em sua entrevista a importância de se pensar as relações internacionais a partir de redes, práticas informais e dinâmicas culturais, o artigo demonstra que a construção da identidade nacional brasileira esteve intrinsecamente ligada à atuação de mulheres que transitaram por diversos espaços, valendo-se da diplomacia cultural como ferramenta de mediação simbólica. Ao trazer à tona essas questões, o artigo evidencia a urgência de abordagens interdisciplinares e metodologicamente abertas, como destacado acima.

O Dossiê conta com um conjunto significativo de contribuições que abordam, sob múltiplas perspectivas, a política externa e as relações internacionais brasileiras entre o século XIX e o início do XX. Esses textos avançam sobre os limites da história diplomática clássica ao mobilizar categorias analíticas da História Política, da Segurança Internacional e da História Social, propondo releituras que ressignificam o lugar do Brasil no cenário internacional. O artigo de Pedro Gustavo Aubert (2025), por exemplo, ao examinar a reorientação da política externa do Império nos gabinetes conservadores de 1849 a 1853, revela como a atuação de Paulino Soares de Souza foi decisiva para a consolidação de uma política externa articulada, pragmática e voltada para a afirmação do Estado Nacional brasileiro na Bacia do Prata. A crítica à ideia de um Estado nacional já consolidado em 1822, articulada com os argumentos de Jancsó e Pimenta corrobora a ideia de que a política externa deve ser lida como um processo histórico multifacetado. A defesa territorial, a organização do corpo diplomático e o tratamento das fronteiras não aparecem como elementos técnicos ou naturais, mas como estratégias políticas deliberadas de um Estado em formação.

Complementarmente, o artigo de Daniel Rei Coronato (2025) parte da interseção entre Segurança Internacional e História das Relações Internacionais combinando análise documental e revisão bibliográfica para examinar a construção dos conceitos de ameaça, segurança e ordem nas relações da fronteira meridional do Império e problematizar os discursos de segurança do governo imperial, evidenciando como a retórica da ameaça foi um elemento central da política externa brasileira no século XIX e serviu tanto à manutenção do poder central quanto à articulação de interesses regionais. Assim, o artigo evidencia que o estudo da fronteira meridional no século XIX permitiu compreender como as relações internacionais, a segurança e a política interna estavam profundamente interligadas no Brasil imperial. A instrumentalização da ameaça não apenas legitimou intervenções externas e o fortalecimento da presença militar na região, mas também serviu como um mecanismo de estabilização do poder imperial, garantindo que as elites locais permanecessem vinculadas à lógica do Estado monárquico. Assim, a fronteira deixou de ser apenas um limite territorial para se tornar um espaço de constante negociação e reconfiguração do poder, demonstrando que a segurança, no Império do Brasil, foi construída tanto pelo uso da força quanto pela linguagem política.

No artigo de Frederico Antonio Ferreira (2025) o leitor encontra uma análise da trajetória diplomática de César Sauvan Vianna de Lima (1824-1897), o Barão de Jaurú. Centrando-se no modo como ele descreveu a Conferência de Berlim entre os anos de 1884 e 1885 demonstra a construção, entre as potências europeias, de um ordenamento da corrida para a exploração da África no final do século XIX. Por meio da análise crítica dos documentos diplomáticos redigidos por ele, buscou compreender os eventos que precederam a conferência, suas consequências e os efeitos de suas decisões para o continente africano. Ao mesmo tempo, analisa a recepção dos relatos de Vianna de Lima pela chancelaria brasileira. Aparentemente indiferente quanto à questão africana, o Brasil teria aprendido várias lições com o expansionismo europeu naquele continente e, gradualmente passou a apoiar a causa colonial europeia. Como conclui Antonio Ferreira (2025, p. 156):

Assim, a postura da diplomacia brasileira diante da expansão neocolonialista demonstra uma adaptação ao novo cenário internacional. Os lobos governam com a elegância dos predadores: falavam de lei, mas obedeciam à força; juravam sob o dogma da civilização, mas seguiam o rastro do poder. Entre eles, não havia aliados permanentes, apenas interesses transitórios. Por quase noventa anos de duração do imperialismo na África as regras foram escritas com sangue. Sobreviver foi uma arte e poucos saíram intactos. A política externa brasileira aprendeu rápido a vestir-se de pele de lobo, para não se tornar carne de cordeiro.

Bruno de Melo Oliveira (2025) examina a atuação de um adido militar brasileiro Genserico de Vasconcellos em Buenos Aires entre 1914 e 1915, revelando como a vigilância e a análise estratégica do “outro” integravam a lógica da política externa brasileira na Primeira República. O autor mostra como o Brasil vigiava e interpretava a movimentação de vizinhos e rivais para definir sua própria inserção regional. Evidencia que a figura do adido operava como um agente de intermediação entre o saber técnico militar e a formulação diplomática, sendo peça-chave na construção de imagens sobre vizinhos e rivais. Ao documentar os relatórios, diagnósticos e interpretações produzidas nesse contexto, o artigo nos convida a repensar o papel do conhecimento na definição de diretrizes internacionais, conforme indicado mais acima, chamando atenção para a crescente militarização do internacional a partir da virada do século. Tal artigo ao abordar a rivalidade Brasil-Argentina no início do século XX complementa o de Coronato (2025) que se debruça sobre a Bacia Platina no XIX.

No texto de Melissa Mendes Caputo Vicente & Thiago Ranieri Marcos dos Santos (2025), a Revolta da Armada é reexaminada à luz das reações internacionais. O artigo mostra como a presença de potências estrangeiras — especialmente Reino Unido e Estados Unidos, além de Portugal — interferiu diretamente no curso do conflito, demonstrando, assim, a porosidade entre política interna e externa. A pesquisa evidencia como a legitimidade do governo republicano era simultaneamente disputada em campo nacional e internacional, e como os agentes diplomáticos estrangeiros funcionaram como árbitros simbólicos e materiais da crise. O artigo sugere, ademais, que a consolidação republicana ocorreu mediante negociações complexas com os interesses externos.

Olivia Robba (2025) oferece uma contribuição singular ao dossier ao examinar a presença brasileira nas campanhas internacionais de observação da passagem de Vênus, em 1874 e 1882. O texto revela como a ciência foi mobilizada como linguagem diplomática, permitindo ao Brasil inscrever-se no circuito das nações modernas por meio do prestígio científico. Essa diplomacia científica é parte da ampliação do escopo das relações internacionais para além da política formal. Robba mostra que a participação da Marinha imperial na observação da passagem de Vênus foi de grande importância na afirmação nacional no palco global.

O Dossiê também contempla o olhar para outros espaços do continente americano e convida à reflexão sobre a formação dos Estados Nacionais e suas respectivas inserções no sistema internacional em construção. Esses textos dialogam diretamente com a preocupação, expressa no início deste texto, de compreender as relações internacionais a partir da história concreta dos processos estatais, evitando narrativas homogêneas ou centradas exclusivamente na Europa. O artigo de Leonardo da Costa Ferreira (2025) analisa o expansionismo norte-americano no século XIX a partir da expedição do comodoro Perry ao Japão, mostrando como o mito da fronteira, o Destino Manifesto e a Doutrina Monroe se articularam para justificar a projeção de poder dos Estados Unidos no Pacífico. Assim, a ideia de civilização foi mobilizada para legitimar a violência e a subordinação de outros povos, não apenas nas Américas, mas também na Ásia. Ferreira demonstra que o imperialismo estadunidense, ainda que distinto dos modelos europeus, partilhava dos mesmos fundamentos raciais, religiosos e econômicos que sustentaram a expansão colonial no período. Ao evidenciar essas continuidades entre discurso civilizatório e dominação imperial, o artigo contribui para a crítica à centralidade europeia na explicação dos processos internacionais, reforçando a proposta do dossiê de uma história global conectada, que reconhece a pluralidade de agentes, geografias e rationalidades envolvidas na construção do sistema internacional no século XIX.

Mariano Kloster (2025), analisa a articulação entre os fluxos comerciais e a construção política externa dos estados no século XIX. O trabalho centra-se no cenário do Rio da Prata e procura investigar a atividade dos cônsules como representantes e gestores dessa atividade. Assim procura explorar em detalhe um recorte cronológico voltado à análise da evolução das representações consulares entre dois momentos-chave: 1833 e 1850.

Neste sentido buscou tornar visível o cenário consular de meados do século XIX que as Províncias Argentinas mantinham no exterior. Após um percurso historiográfico não exaustivo, aborda o processo histórico concreto. Assim, mostramos que, por volta da metade da década de 1830, já existiam algumas medidas destinadas a regulamentar a função consular — principalmente no que diz respeito à inexistência de remuneração oficial e à questão do vestuário. Em 1850 havia uma rede consular constituída demonstrada pelas representações que proliferavam em torno de cidades próximas ao Atlântico, tanto nas Américas quanto na Europa. Essa rede conferia visibilidade à Confederação Argentina recém-formada e

colaborava de forma permanente com o Ministério das Relações Exteriores, abastecendo-o com informações provenientes dos enclaves geográficos onde atuava, influenciando, assim, o processo de tomada de decisões daquele órgão. De uma perspectiva ampla, o trabalho também evidenciou dois fenômenos ligados ao campo consular: a construção do Estado e as conexões atlânticas. A presença dos cônsules, entendidos como representantes das comunidades mercantis nas quais estavam inseridos, contribuiu tanto para gerar expectativas comerciais quanto para organizar o espaço econômico externo à Confederação.

Além dos artigos e da entrevista que compõem o dossiê temático sobre as relações internacionais entre 1850 e 1918, esta edição da *Revista Tempo, Espaço e Linguagem* oferece ao leitor um conjunto de artigos livres e resenhas que ampliam e enriquecem o escopo da publicação. Parte desses textos estabelece diálogo direto com os temas e abordagens mobilizados pelo dossiê, enquanto outros contribuem de maneira relevante para uma leitura historiográfica diversa, crítica e sensível à multiplicidade de temporalidades, objetos e perspectivas teóricas.

O artigo de Pierre-Paul Hay-Napoleone, *Um encontro entre Brasil e Provença: o imperador dos Trópicos no Império do Sol*, explora as conexões culturais entre Pedro II e círculos intelectuais do sul da França, especialmente com Frédéric Mistral e o movimento Félibrige. O texto se debruça em como o imperador brasileiro investiu nas redes transnacionais de prestígio cultural para projetar uma imagem do Brasil como parte do mundo civilizado, com uma latinidade refinada e dialogante. Essa operação simbólica de pertencimento à esfera das nações cultas dialoga diretamente com o debate, presente em diversos artigos do dossiê, sobre a construção de uma diplomacia que era, simultaneamente, formal e performativa. Nesse sentido, o artigo de Hay-Napoleone oferece uma contribuição original ao enfatizar a dimensão cultural e linguística da inserção internacional brasileira.

Na mesma linha de investigação das conexões transnacionais, o artigo de Antonio Roberto de Oliveira, *A atuação do imigrante e comerciante francês Antonio Voulet no Paraná: empreendedorismo imigrante, redes de sociabilidades e convertibilidade de capitais*, propõe uma análise social e econômica da imigração francesa, centrada na figura de um comerciante inserido na vida urbana curitibana do final do século XIX. A partir do conceito de capital social (Bourdieu) e de redes de sociabilidade, o autor reconstrói estratégias de mobilidade social e econômica que operavam entre o espaço local e as conexões

internacionais. A perspectiva adotada, que privilegia os circuitos sociais e os vínculos simbólicos como vetores de integração e distinção, aproxima-se do dossiê ao destacar agentes invisibilizados e ao propor uma leitura complexa das relações entre o global e o local.

Nesse mesmo eixo, o artigo de Rhuan Targino Zaleski Trindade examina conflitos entre imigrantes austro-poloneses e austro-ucranianos na região de Itapará, no Paraná, na década de 1920. Por meio da análise de processos criminais, o autor revela disputas étnicas, estratégias de identidade e disputas simbólicas entre grupos imigrantes num espaço periférico do Estado brasileiro.

Por sua vez, o artigo de Henrique Schlumberger Vitchmichen e Anderson Prado oferece uma análise sobre a condição dos refugiados ucranianos após a Segunda Guerra Mundial. Embora o recorte temporal ultrapasse o período do dossiê, o texto contribui diretamente para as questões abordadas ao refletir sobre deslocamentos forçados, regimes de violência e a construção jurídica e simbólica da figura do refugiado. Os autores propõem um olhar atento às dinâmicas de exclusão e pertencimento no sistema internacional, com ecos nas discussões travadas sobre soberania, identidades nacionais e as implicações morais do Estado.

A resenha assinada por Jadson Stevan Souza da Silva, que analisa o primeiro volume da obra *A saga dos intelectuais franceses*, de François Dosse, aprofunda uma discussão teórico-metodológica de grande pertinência ao dossiê. A obra resenhada trata do papel público dos intelectuais franceses no pós-guerra, explorando suas intervenções nos debates políticos e culturais do século XX. Embora o recorte cronológico da obra vá além dos limites do Dossiê, a reflexão sobre o engajamento intelectual, a produção de saber histórico e os dilemas da modernidade é plenamente compatível com a abordagem crítica e interdisciplinar que estrutura os artigos aqui reunidos. Ao enfatizar a História dos Intelectuais como campo de análise, a resenha reforça o esforço de romper com as tradições positivistas da historiografia das relações internacionais.

Os demais artigos livres, ainda que não dialoguem diretamente com o dossiê, oferecem contribuições relevantes que atestam a diversidade de interesses e abordagens da historiografia contemporânea. O texto de Antonio Cesar de Almeida Santos (2025), sobre os significados históricos da curiosidade na Ilustração portuguesa, é uma contribuição erudita à história dos conceitos e à análise semântica. Já o artigo de Karine Maria Lima Lopes (2025),

ao tratar das representações urbanas de Natal por meio da fotografia, propõe uma leitura sensível sobre espaço público, silêncios e visualidades. Nicole Maria Pinto (2025), por sua vez, investiga os relatos de mulheres vítimas de violência sexual durante a ditadura militar brasileira, enfrentando com densidade e respeito a difícil relação entre narrativa, trauma e política da memória. Fernanda Tiosso Sampaio & Rodrigo dos Santos (2025) analisam as representações sobre ecologia na *Vogue Brasil* entre 1992 e 2012, apontando as transformações discursivas no tratamento da pauta ambiental, com olhar atento ao papel da mídia de moda na construção simbólica da pauta ecológica.

Fechando este número, a resenha de Fabiana Alves Dantas (2025) sobre *Um estranho tão familiar*, de George Amaral, articula literatura, teoria crítica e recepção estética para pensar o estranhamento como categoria interpretativa. A análise é precisa e oferece uma leitura instigante de como a literatura pode operar deslocamentos de sentido relevantes à investigação historiográfica. Ainda que não vinculada diretamente ao dossiê, a resenha fortalece o compromisso da revista com a interdisciplinaridade e a sofisticação crítica.

A soma dessas contribuições torna este volume da *Tempo, Espaço e Linguagem* particularmente expressivo. Os textos selecionados demonstram, cada um à sua maneira, a vitalidade da pesquisa histórica atual, atenta às múltiplas escalas da experiência e à diversidade dos sujeitos, fontes e linguagens que compõem o fazer historiográfico.

Ao retomar os fundamentos conceituais que estruturam este número, torna-se evidente que pensar as relações internacionais entre 1850 e 1914 exige deslocar os eixos tradicionais da narrativa diplomática e ampliar os horizontes analíticos da História. Isso significa ir além da diplomacia de gabinete e da história de grandes eventos, incorporando práticas sociais, disputas discursivas e redes informais como dimensões constitutivas do sistema internacional.

Essa abordagem também reforça a crítica à retórica civilizatória como eixo legitimador da dominação largamente usado durante a chamada “Era dos Impérios”. O discurso da civilização — mobilizado tanto por impérios europeus quanto pelo Estado brasileiro — serviu como matriz de legitimação para políticas de expansão, exclusão e violência. A presença desse discurso em diferentes contextos e escalas revela sua eficácia na constituição de hierarquias globais. Os textos aqui reunidos — inclusive os artigos livres que tratam de imigração, refúgio, circulação e redes culturais — contribuem para desmontar essas

construções, oferecendo ao leitor instrumentos teóricos e empíricos para historicizar as gramáticas da política internacional.

Ao recusar os modelos interpretativos que centralizam o Estado, as elites diplomáticas e os eventos de guerra em sua forma clássica, esta edição da *Tempo, Espaço e Linguagem* propõe uma alternativa historiográfica fundada na multiplicidade dos sujeitos, das escalas e das linguagens. Trata-se de pensar a política externa como resultado de práticas sociais heterogêneas — algumas invisibilizadas, outras dispersas, mas todas fundamentais para a conformação histórica do sistema internacional no período abordado por este dossiê.

Referências

Arias Neto, Jose Miguel. Turgot: a dimensão política do econômico - Comentários sobre o verbete “feiras e mercados” da Encyclopédia. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 21-44, 2025.

Arias Neto, Jose Miguel; Loureiro, Marcello José Gomes & Aubert, Pedro Gustavo. Conversando sobre Relações Internacionais: entrevista Gabriel Passetti. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 522-529, 2025.

Aubert, Pedro Gustavo. A Reorientação da Política Externa Imperial nos gabinetes conservadores (1849-1853). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 67-94, 2025.

Barraclough, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

Coronato, Daniel Rei. A fronteira meridional do Império do Brasil: segurança, ameaça e política externa no século XIX (1850-1889). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 95-127, 2025.

Coronato, Daniel Rei & Vicente, Melissa M. C. . História e Relações Internacionais: novas abordagens histórico-conceituais in: Aubert, Pedro Gustavo, Coronato, Daniel Rei, Gandia, Leonardo dos Reis, Grejo, Camila Bueno., Rota, Alesson Ramon, **Diálogos Interdisciplinares Entre História e Relações Internacionais**. Serra: Identidade, 2025.

Dantas, Fabiana Alves. Um estranho tão familiar, de George Amaral: estranhamento, ficção e História. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 513-521, 2025.

Ferreira, Frederico Antônio Ferreira. No covil dos lobos: o Brasil, a África e a Alemanha nos discursos do Barão de Jaurú durante a Conferência de Berlim (1884-1885). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 128-161, 2025.

Ferreira, Leonardo da Costa. Além do Golfo do México: o expansionismo americano e a abertura de uma nova fronteira. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 222-248, 2025.

Hay-Napoleone, Pierre-Paul. Um encontro entre Brasil e Provença: imperador dos Trópicos no Império do Sol. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p.275-305, 2025.

Hobsbawm, Eric. **A era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Hobsbawm, Eric. **A era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Hobsbawm, Eric. **A era do Capital**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Kloster, Mariano. Estudio de la evolución y escenarios de la actividad consular de la Confederación Argentina a mediados del siglo XIX. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 249-274, 2025.

Lopes, Karine Maria Lima. Nas lentes da fotografia, um silêncio: vistas urbanas e espaço público em Natal (1904-1920). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 363-399, 2025.

Mayer, Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Oliveira, Antonio Roberto de & Frotscher. A atuação do imigrante e comerciante francês Antonio Voulet no Paraná: empreendedorismo imigrante, redes de sociabilidades e convertibilidade de capitais. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 334-362, 2025.

Oliveira, Bruno de Melo. Observando o adversário: avaliações de um adido militar brasileiro em Buenos Aires (1914-1915). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 162-178, 2025.

Passetti, Gabriel. **Diplomacias e conexões internacionais: a América do Sul no longo século XIX**. Brasília: FUNAG, 2025.

Pinto, Nicole Maria. Violência sexual na ditadura militar (1964-1985): narrativas de mulheres à Comissão Nacional da Verdade. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 453-482, 2025.

Polanyi, Karl. **A grande transformação**. São Paulo: Contraponto, 2021.

Robba, Olivia. A participação da Repartição Hidrográfica da Marinha na expedição de observação da passagem de Vênus, na Ilha de São Tomás (1882). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 194-221, 2025.

Sampaio, Fernanda Tiosso & Santos Rodrigo dos. Moda ecológica: representações sobre ecologia na revista Vogue Brasil (1992-2012). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 483-506, 2025.

Santos, Antonio Cesar de Almeida. Curiosidade e curiosos na Ilustração portuguesa: palavras, seus usos e significados. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 306-333, 2025.

Silva, Jadson Stevan Souza da. A Saga dos Intelectuais Franceses: uma análise do campo intelectual no Pós-Guerra. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 507-512, 2025.

Trindade, Rhuan Targino Zaleski. "Natural da Austria": etnicidade, conflitos e crime envolvendo "austro-poloneses" e "austro-ucranianos" em Itapará (Irati-PR, década de 1920). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 400-429, 2025.

Vicente, Melissa & Sacramento, Ana Carolina Ribeiro. Além das fronteiras: Mulheres, Diplomacia Cultural e Relações Internacionais nos Séculos XIX e XX. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 45-66, 2025.

Vicente, Melissa Vicente & Santos, Thiago Ranieri Marcos dos. A influência estrangeira para a consolidação da República Brasileira na Revolta da Armada (1893-1894). **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 179-193, 2025.

Vitchmichen, Henrique Schlumberger & Prado, Anderson. Reflexões do desterro: a condição dos refugiados no Pós-Segunda Guerra Mundial a partir do caso ucraniano. **Revista Tempo, Espaço e Linguagem**, v. 16, n. 1, p. 430-452, 2025.